

POLÍTICA

Parlamentarismo: os riscos do governo.

Se não desenvolver um intenso trabalho em favor do presidencialismo, o governo correrá o risco de assistir o parlamentarismo ser aprovado no plenário da Constituinte. O próprio presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, está convencido disso — e vem comentando essa possibilidade com vários parlamentares. Mas ele ainda espera dados mais concretos que apontem soluções para o impasse, antes de uma conversa definitiva com o presidente Sarney. "O diagnóstico todos nós conhecemos", observou Ulysses, ontem. "O que é preciso, agora, é indicar o melhor remédio."

Para facilitar a decisão de Ulysses, o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) promoveu um levantamento entre os constituintes e obteve os seguintes resultados: 60% a favor do presidencialismo e 40% para o parlamentarismo. Na Comissão de Sistematização, onde se reúnem 93 parlamentares, a tendência é também pelo presidencialismo, segundo a pesquisa — "mas por uma diferença de três ou quatro votos", relatou Izar.

Esse levantamento, contudo, choca-se com as afirmações do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que garante estejam dois terços dos constituintes a favor do parlamentarismo. Izar não contesta. Mas explica que o objetivo de Fernando Henrique seria atrair para o parlamentarismo os ainda indecisos sobre a nova forma de governo. "Mas tenho a nítida impressão de que o presidencialismo acabará contando com a maioria dos constituintes", prevê Izar.

Ulysses não faz a mesma previsão, embora concorde que o parlamentarismo poderia provocar impasses e crises político-institucionais. "A exceção do PMDB, que tem tradição, os demais partidos são frágeis, sem estrutura sólida, o que poderia criar campo propício às crises", argumentou.

E foi esse argumento de Ulysses que convenceu o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) a formalizar uma emenda ao substitutivo de Cabral preconizando o presidencialismo mitigado, com o fortalecimento do Legislativo. Nesse caso, o presidente seria chefe de governo e chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro seria o colaborador especial, com a atribuição de coordenar a ação do Ministério. O man-



dato presidencial seria de cinco anos e as eleições diretas convocadas em novembro de 1989, pelo princípio da maioria absoluta.

Até a decisão em plenário, porém, os defensores dos diferentes sistemas vão apresentar seus argumentos. "Nas circunstâncias atuais, o parlamentarismo poderá significar o caos, poderá levar o País a uma grave crise política", atacou ontem o presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos. "Temos que eleger um presidente para que realmente governe o País e não apenas um presidente eleito que não pode mandar. O País não está preparado para esse sistema de governo."

Isolamento

Com a explicação de que precisa de tranqüilidade para trabalhar, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, voltou a esclarecer ontem que continuará reunindo-se com assessores e líderes partidários na Fundação Israel Pinheiro, a 25 quilômetros da Praça dos Três Poderes — e não deverá comparecer às reuniões formais da comissão no Congresso, a não ser excepcionalmente.

"O relator é responsável pela apresentação de substitutivos, e é normal que faça seu trabalho no local que considerar mais apropriado", concordou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), rebatendo os protestos dos parlamentares contra o funcionamento de uma comissão paralela. A esses queixo-

sos, Cabral voltou a se desculpar, alegando que seu tempo é restrito e que precisa escapar do assédio dos lobistas.

Mas há quem não se conforme. "Sem o relator, as reuniões da Comissão de Sistematização ficam esvaziadas e os trabalhos acabam servindo apenas de enfeite", rebateu o deputado José Genoíno (PT-SP). O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, concorda: a seu ver, as reuniões do relator fora do Congresso são contra o regimento — "e não há nada que as justifique, nem mesmo a alegação de privacidade".

Depois dessas discussões na reunião de ontem, o deputado Ademir Andrade sugeriu o cancelamento das sessões de Sistematização, que seriam retomadas depois da apresentação do novo substitutivo de Cabral. Hoje, o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, deverá definir uma nova sistemática para esses trabalhos.

Forças Armadas

Além da indecisão sobre o sistema de governo, o que divide os parlamentares é também o papel das Forças Armadas na nova Carta. "É preciso acabar, no Brasil, com a tutela das Forças Armadas", sugeriu ontem o deputado Roberto Freire (PCB-PE). "Se for necessário mudar a atribuição formal das Forças Armadas, que se mude. O que não pode haver é um ministro militar falar e o País inteiro tremer com receio de que voltemos ao tempo em que as liberdades eram limitadas."

Para Freire, o que as Forças Armadas pretendem não é apenas discutir sua destinação constitucional. "Acho que tem muito a ver também com o tipo de regime que vamos adotar, porque o parlamentarismo pode ajudar a acabar com a tutela militar. Afinal, o parlamentarismo é um tipo de sistema muito mais democrático."

Embora reconheça que melhorou o relacionamento das Forças Armadas com as lideranças políticas, Freire defende que o militar é um cidadão — e, como cidadão, tem o direito de expressar suas idéias: "Agora, a estrutura, a corporação militar, essa não. Isso é do aparelho do Estado e, tal como os funcionários civis, os militares devem obediência aos poderes constitucionais".